

[Download PDF](#)



**Agência iNFRA
iNFRAEnergia**

Brasília, 26 de fevereiro de 2025

edição 1.741

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Renovação das Distribuidoras](#) | [Leilão de Capacidade](#) | [Diário Oficial](#)
| [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

ANEEL APROVA MINUTA DE CONTRATO DE RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

A diretoria colegiada da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou, nesta terça-feira (25), por três votos a dois, o novo modelo de contrato que valerá para as 19 distribuidoras que terão a concessão renovada até 2031, conforme o [voto](#) da relatora, diretora Agnes Costa. Ela foi seguida pelo diretor-geral, Sandoval Feitosa, e pela diretora substituta Ludimila Lima.

A agência também aprovou recomendação ao MME (Ministério de Minas e Energia) para que se avalie exigir o pagamento de multas pelas concessionárias que terão o contrato renovado em até 180 dias. Segundo a relatora, as 19 distribuidoras que poderão ter contrato renovado somam R\$ 944 milhões em multas não recolhidas. Só o Grupo Enel são R\$ 603 milhões.

A exigência de quitação das multas transitadas em julgado no âmbito administrativo estava na versão inicial da minuta do contrato, mas foi retirada por recomendação da Procuradoria Federal, que entendeu não se tratar de competência da ANEEL e apenas do poder concedente.

Regras

O voto da diretora Agnes seguiu integralmente a minuta de aditivo proposta pelas superintendências da reguladora em nota técnica na semana passada. A única novidade foi a sugestão sobre a exigência da quitação das multas.

A relatora acatou duas sugestões redacionais do diretor Fernando Mosna. A primeira, para retirar o trecho que diz que a distribuidora é “integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à concessão”, e a segunda, para ajustar o trecho sobre a possibilidade de intervenção, que poderá ser determinada pelo MME ou pela ANEEL.

Um dos pontos mais debatidos foi o reconhecimento de investimentos entre os ciclos de cinco anos das revisões periódicas para repasse tarifário. A diretoria manteve a previsão de reconhecimento anual, mas não fixou um prazo para que isso seja iniciado como pleiteavam os agentes, o que dependerá da regulação de um novo modelo econômico que será criado e ao qual as distribuidoras poderão aderir.

As distribuidoras defendiam que a metodologia já fosse aplicada no primeiro processo tarifário subsequente à renovação, ou seja, em 2026, no caso da EDP Espírito Santo. A justificativa é que os investimentos anuais das concessionárias têm crescido de forma expressiva, enquanto o mercado tem reduzido.

Outro ponto mantido foi sobre o tratamento das ASRO (Áreas com Severas Restrições Operativas). Distribuidoras como Light, Enel e Neoenergia pediram antecipação do reconhecimento de receitas irrecuperáveis referentes a essas áreas para o primeiro processo tarifário, e não apenas nas revisões periódicas, o que não foi atendido.

Voto-vista

O diretor Fernando Mosna apresentou voto-vista para que o aditivo contratual nos termos do voto de Agnes fosse aplicado exclusivamente para a EDP Espírito Santo, por já ter a concessão vencendo em 17 de julho deste ano. Para as demais, defendeu a abertura de uma segunda fase de consulta pública para definir o contrato com maior nível de aprofundamento. Ele foi seguido pelo diretor Ricardo Tili.

Mosna sugeriu aprofundamento de pontos específicos na consulta pública. São eles: ajustes sobre reconhecimento de investimentos intraciclos, modelos de regime econômico, parâmetros sobre perdas e receitas irrecuperáveis nas ASRO, cláusulas de alocação de riscos e sobre intervenção na concessão.

O voto-vista, no entanto, não alterou a maioria que já havia se formado no colegiado para aprovar a proposta de Agnes, que inclusive já tinha absorvido sugestões pontuais de Mosna.

Próximos passos

As empresas que já manifestaram interesse na renovação dos contratos deverão reiterar a

solicitação em até 30 dias após a publicação do termo aditivo. Assim, é esperado que a ANEEL dê andamento ao processo que trata especificamente da concessão da EDP Espírito Santo nas próximas semanas, tendo 60 dias para concluí-lo e encaminhar ao MME.

Segundo os prazos do decreto de renovação das concessões, é esperada que toda a operação até a efetiva assinatura do termo aditivo leve até 180 dias. No entanto, a expectativa do setor é que alguns ritos sejam acelerados para que tudo se conclua até 17 de julho, data de vencimento da concessão da EDP Espírito Santo.

Abradee: avanços e preocupações

O presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), Marcos Madureira, avaliou que houve evoluções e avanços no contrato aditivo aprovado em relação à minuta original. Contudo, alguns pontos considerados fundamentais pelo segmento não foram atendidos.

“A gente vai ter que buscar trabalhar eles principalmente na fase de regulamentação da própria agência”, disse à imprensa após a reunião da ANEEL. Ele citou o trecho sobre o reconhecimento dos investimentos. “Os investimentos intraciclo deveriam começar o mais pronto possível, exatamente para permitir que as distribuidoras possam fazer investimentos que são demandados o mais pronto possível, adequar a uma condição de que hoje nós temos muito mais digitalização das redes, o que traz equipamentos que tenham um menor prazo de vida e, portanto, é necessário que você possa ter essas modernizações”, disse.

Madureira ainda disse que não há “razões jurídicas que permitam” a exigência de pagamento de multas ainda em discussão como um requisito para renovação das concessões de distribuição de energia. “O nosso entendimento é que o Ministério deverá analisar por essa ótica.”

LEILÃO DE CAPACIDADE JÁ TEM MAIS DE 70 GW EM PROJETOS CADASTRADOS, DIZ MINISTRO SILVEIRA

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta terça-feira (25) que o LRCAP (Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência) de 2025 já conta com 327 projetos cadastrados, que somam mais de 70 GW (gigawatts). Segundo ele, é esperado que cerca de 50% desses projetos se viabilizem para participar do certame previsto para ocorrer em 27 de junho, após a etapa de comprovação da garantia de suprimento.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou ainda nesta terça-feira o _____ do diretor

Ricardo Tili pela abertura de CP (Consulta Pública) para tratar do edital do leilão. A CP ocorrerá entre 27 de fevereiro e 14 de abril.

Ainda para este ano estão marcados mais dois leilões de energia: um de geração exclusivo para PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que deve ocorrer em 22 de agosto; e outro de armazenamento exclusivo para baterias, previsto para junho.

Biocombustíveis

Silveira também destacou que o ministério analisa a possibilidade de realizar um "leilão de transição energética" para contratar térmicas a biocombustíveis. "A ideia a princípio era fazer um leilão separado, essa ideia não está descartada. Depende da nossa demanda", afirmou o ministro durante o evento BTG Pactual CEO Conference, em São Paulo.

A [portaria](#) do MME (Ministério de Minas e Energia), publicada em 10 de fevereiro, com a sistemática do LRCAP, prevê a contratação de térmicas a biocombustíveis no certame. No entanto, o setor de biocombustíveis alega que o governo reduziu o CVU (Custo Variável Unitário) dos empreendimentos a serem contratados de forma a impedir a participação de térmicas abastecidas por tais fontes, visto que são mais caras que aquelas abastecidas a gás natural.

"A atualização modificou o CVU em um nível que nenhum empreendimento de biocombustível consegue participar mais, porque nenhum consegue alcançar aquele preço do CVU. Ele veio na teoria, mas na prática as regras não permitem a participação dos biocombustíveis", disse uma fonte a par do tema.

A portaria diz que não serão habilitados tecnicamente pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) para participação do certame "empreendimentos termelétricos cujo CVU seja superior ao maior CVU a gás natural constante no Programa Mensal de Operação - PMO do mês de publicação desta Portaria Normativa, excluídos os CVU de usinas termelétricas com disponibilidade igual a zero".

Reforma do setor

O ministro voltou a dizer que enviará ao Congresso Nacional uma proposta de reforma do setor elétrico, mas não informou prazo ou se será via medida provisória ou projeto de lei.

Alexandre Silveira ainda criticou o que chamou de "cooptação das políticas públicas do setor energético pelo Congresso Nacional": "Eu tenho a maior reverência ao Congresso Nacional (...), mas o setor elétrico precisa respeitar minimamente o planejamento", afirmou.

"Eu fico muitas vezes me questionando, com todo respeito ao Congresso Nacional, mas se colocar preço para a contratação de uma energia por lei... ouvindo quem? Eu só posso entender que quem pode dar o preço de uma contratação de energia, ou do piso ou do teto, pra que eu faça um leilão ou faça uma contratação, é um órgão técnico. Não vai ser eu, por um critério político ou por uma decisão pessoal, que vou dizer que preço que eu vou colocar de teto ou de piso num leilão de capacidade ou num leilão de energia", ponderou o ministro.

DIÁRIO OFICIAL

Processos tarifários - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) publicou aviso de abertura da [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) sobre proposta de regulação de financeiros de diferimento em processos tarifários de distribuição. Contribuições até 11 de abril.

Regras de comercialização - A ANEEL publicou aviso de abertura da [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) para aprimoramento de regras e procedimentos de comercialização relacionadas à apuração e pagamento de constrained-off de usinas fotovoltaicas. Contribuições até 11 de abril.

Constrained-off - [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) da ANEEL aprova a regra de comercialização que estabelece metodologia transitória para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas solares objeto de CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado) por disponibilidade e CER (Contrato de Energia de Reserva).

Operação - [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) da ANEEL autorizam o início da operação de unidades geradoras localizadas em Rubiataba (GO) e Concórdia (SC).

Suspensão - [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) da ANEEL suspende a operação comercial da unidade geradora UG03 da UGE Promissão (88 mil kW), no município de Ubarana (SP), outorgada à Auren Operações.

Multa - [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) da ANEEL aplica multa de R\$ 5,76 milhões à Boa Hora 4 Geradora de Energia em função do atraso na implantação das UFVs Boa Hora 4, 5 e 6.

CCC - [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) da ANEEL autoriza o enquadramento da empresa Bolt Energy Comercializadora de Energia na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) relativo à importação de energia elétrica proveniente da Venezuela, para suprimento dos Sistemas Isolados de Boa Vista e localidades conectadas.

Pagamento de serviços - [Resolução Normativa nº 1.000/2024](#) da ANEEL determina à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) o pagamento de R\$ 76,5 mil à Construtora Remo e R\$ 9,3 mil à Amazonas Distribuidora de Energia, em função de serviços prestados

i | AGENDA

Lula - O presidente da República participa, às 11h30, da abertura da primeira reunião de Sherpas da presidência brasileira do Brics, no Palácio Itamaraty. À tarde, reúne-se com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, às 17h. A agenda completa pode ser acessada [neste link](#).

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (26) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda reúne-se, às 11h, com o presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), Luiz França.

TCU - O TCU (Tribunal de Contas da União) realiza sessão plenária, às 14h30. Acesse a íntegra da pauta [neste link](#).

Cade - O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) realiza sessão de julgamento, às 10h. Acesse a pauta [neste link](#).

CEO Conference - O BTG Pactual realiza, a partir das 8h45, o CEO Conference Brasil 2025. O evento reúne executivos e investidores para discutir política, economia e tecnologia. Hoje (26), a [programação](#) conta com a participação dos ministros Luís Roberto Barroso, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), e Rui Costa, da Casa Civil. O evento ocorre de forma online e gratuita. Mais informações estão [neste link](#).

Compass Gás 4T24 - A Compass Gás e Energia realiza, às 9h, teleconferência de apresentação dos resultados financeiros do 4º trimestre de 2024. Acompanhe [neste link](#).

i | MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo INFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Câmara dos Deputados

RIC 509/2025 - Requer informações ao ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre a suspensão do fornecimento de energia elétrica para cinco municípios do Acre.



Silveira na CEO Conference - Em participação no evento CEO Conference Brasil 2025, promovido pelo BTG Pactual, nesta terça-feira (25), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou que o planejamento e a implementação de políticas públicas pelo governo federal tem atraído investimentos e impulsionado a transição energética e economia verde. Saiba mais [neste link](#).

Reunião do Brics - O MME (Ministério de Minas e Energia) realizou, entre segunda (24) e terça-feira (25), a primeira Reunião de Energia do Brics sob a presidência brasileira. Durante as reuniões, os representantes brasileiros apresentaram as prioridades do setor energético e ouviram contribuições dos outros países membros. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou a importância da energia como um vetor central na cooperação entre os países em desenvolvimento. Mais informações [neste link](#).

Cortes de geração solar - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) [aprovou](#) nesta terça-feira (25) a abertura de [consulta pública](#) para tratar das regras de comercialização referentes à apuração de cortes de geração (curtailment ou constrained-off) de usinas fotovoltaicas. A relatora, diretora Agnes Costa, foi acompanhada pela diretora substituta Ludimila Lima e pelo diretor-geral, Sandoval Feitosa. O diretor Fernando Mosna votou contra e reforçou sua defesa de revisão das normas que tratam da apuração e ressarcimento de constrained-off. As sugestões podem ser enviadas pelo e-mail cp009_2025@aneel.gov.br até 11 de abril.

Processos tarifários - A ANEEL abriu [consulta pública](#) para discutir a regulação de financeiros de diferimento em processos tarifários de distribuição. A iniciativa vem em resposta à decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) que recomendou à ANEEL analisar os impactos futuros das medidas de diferimento tarifário e avaliar seus custos-benefícios. As sugestões podem ser enviadas até 11 de abril para o email cp008_2025@aneel.gov.br. Mais informações [neste link](#).

Estoque regulatório - A ANEEL aprovou, nesta terça-feira (25), o resultado da [consulta pública](#), que propôs a consolidação dos atos normativos para aprimorar a coerência regulatória. A medida abrange a revogação de normas obsoletas e a atualização da classificação temática do estoque

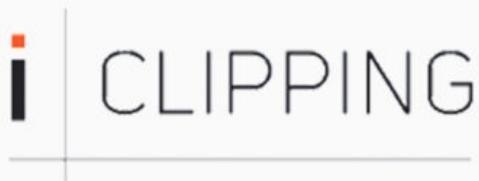
regulatório, conforme o Decreto 12.002/2024.

Sustentabilidade energética - O CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) aprovou a participação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) em dois projetos relacionados à sustentabilidade energética. São eles: a criação de um GT (Grupo de Trabalho) para fortalecer a cadeia produtiva dos biocombustíveis, e um comitê para supervisionar a implementação do Paten (Programa de Aceleração da Transição Energética). Acesse mais informações [neste link](#).

Venda de petróleo - A PetroReconcavo assinou aditivos aos contratos de venda de petróleo cru com a Brava Energia, válidos por 24 meses, a partir deste mês. Os aditivos estabelecem novos critérios de precificação e volumes para a venda do petróleo produzido na bacia Potiguar. Os principais destaques dos aditivos podem ser vistos [neste link](#).

Compass Gás 4T24 - A Compass Gás e Energia divulgou, nesta terça-feira (25), que registrou lucro líquido de R\$ 741 milhões no 4º trimestre de 2024, o que representa crescimento de 42% em relação ao mesmo período do ano anterior. Confira a íntegra dos resultados [neste link](#).

Missão internacional - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) participou de uma missão sobre a redução das emissões de metano na exploração e produção de petróleo e gás, organizada pelo Banco Mundial, em Londres e Bruxelas. Na ocasião, houve troca de experiências com reguladores do Reino Unido, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. Confira mais informações [neste link](#).



Foco da empresa em relação à Comerc, em 2025, é fluxo de caixa livre e sinergias, diz Ernesto Pousada. (Valor)

Aporte inclui modernização de hidrelétricas, ampliação de energia solar flutuante na represa Billings e participação em leilões; empresa busca expansão fora de São Paulo. (Valor)

Mais de uma década após derrocada da petroleira OGX, empresário anuncia captação para produzir combustível de aviação de etanol e pré-venda da cripto \$EIKE. (Estadão)

Endividada e sem caixa, a empresa de energia renovável Rio Alto acaba de pedir uma medida cautelar para suspender execuções de dívidas por 60 dias. (Valor)

Operação brasileira da corretora americana encerrou 2024 com cerca de R\$ 2,5 bilhões em prêmios emitidos, ante R\$ 1,5 bilhão no ano anterior. (Valor)

Novos contratos com distribuidoras, que serão renovados por mais 30 anos, repassam custos com segurança do sistema elétrico para o consumidor. (Folha de S. Paulo)

"Destransição energética" dos EUA não altera a dinâmica no resto do mundo, por conta do duplo objetivo de descarbonização e, em especial, de aumentar a segurança energética de China, Índia e União Europeia. (Valor - artigo)

Termos preveem R\$ 50 milhões com distribuidora de energia; primeiro pagamento já foi empenhado. (Folha de S. Paulo)

Ministro de Minas e Energia voltou a defender uso dos recursos do petróleo para financiar a transição energética e disse que Brasil não pode 'pagar mais caro' nesse processo. (Estadão)

Declaração vem duas semanas após Lula se queixar do que classificou de "lenga-lenga" na análise do pedido da Petrobras. (Valor)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

